

Estudo Técnico Preliminar 146/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 50500.178746/2024-41

2. Descrição da necessidade

VIGILÂNCIA DIURNA DESARMADA

Trata-se de contratação de serviços continuados de vigilância diurna desarmada, com dedicação exclusiva de mão de obra, em atendimento às necessidades do escritório-sede da Regional da Agência Nacional de Transportes Terrestres em São Paulo.

Atualmente estes serviços são prestados no âmbito do Contrato Administrativo nº 06/2024, firmado com a empresa AVANZZO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA (29.313.317/0001-60), cuja vigência contratual era até 18/03/2025.

Considerando a proximidade do encerramento da vigência contratual, a Fiscalização do Contrato, por meio do processo SEI 50500.176940/2024-91, consultou a Contratada acerca de seu interesse na prorrogação do contrato por mais 12 (doze) meses, mantendo as mesmas condições pactuadas. Em retorno, a empresa manifestou não ter interesse na prorrogação.

Assim, frente à negativa da Contratada, é necessária a realização de novo pregão eletrônico para contratar outra empresa para prestação dos serviços em substituição da atual prestadora.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O edifício onde se localiza a sede da Regional da ANTT em São Paulo apresenta controle de acesso limitado, permitindo a entrada de visitantes após um breve cadastro, sem exigência e possibilidade de anúncio prévio ao condômino em razão do alto fluxo de pessoas no local. Diante dessa vulnerabilidade, torna-se essencial a contratação de serviço de vigilância individual e dedicado exclusivamente à ANTT para reforçar o controle de acesso, restringindo a entrada de pessoas alheias à Administração e assegurando maior segurança ao patrimônio público e à integridade das pessoas que frequentam o escritório-sede.

Nesse contexto, é indispensável a alocação de um profissional de vigilância dedicado e permanente, que detenha pleno conhecimento das rotinas operacionais do local, das movimentações ordinárias de bens e das pessoas que usualmente acessam o espaço. Essa familiaridade é crucial para a execução eficaz do serviço, contribuindo para minimizar riscos, prevenir ocorrências indesejadas e otimizar a segurança do escritório.

Conforme a Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a contratação por posto de trabalho foi a solução adotada, considerando que os serviços a serem prestados demandam disponibilidade contínua e não podem ser aferidos por resultado. Essa abordagem, já empregada com eficácia na Regional de São Paulo para outros serviços, como apoio administrativo, transporte e copeiragem, também se mostrou adequada para o serviço de vigilância.

Considerando que o horário de funcionamento regular da Agência é de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 20h00, para assegurar a prestação do serviço na maior parte desse período, nas condições supracitadas, é necessário que seja utilizado o regime com dedicação exclusiva de mão de obra, com jornada semanal de 44 horas e possibilidade de horas extras.

Adicionalmente, o escritório está localizado no Centro Histórico de São Paulo, uma área com índices elevados de criminalidade, próxima à região conhecida como "Cracolândia". Essa situação reforça a necessidade de um serviço de vigilância que garanta a segurança patrimonial do imóvel, dos bens móveis, e a integridade de servidores, colaboradores e visitantes.

Além de atuar como uma “barreira” na entrada principal do escritório, o vigilante desempenha funções importantes, como:

- Acompanhar a circulação de prestadores de serviços na execução de atividades de manutenção predial;
- Orientar e acompanhar o uso do elevador de serviço para transporte de materiais e mobiliário;
- Abrir, checar e fechar o imóvel ao final do expediente;
- Controlar a retirada de bens patrimoniais, verificando a devida autorização de saída.

O serviço que será adquirido por meio desta contratação enquadra-se no conceito de bem comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado e a escolha do licitante vencedor será feita exclusivamente com base no menor preço ofertado.

A demanda está alinhada ao Planejamento Estratégico 2024-2030 da ANTT, de acordo com o objetivo de "Oferecer estrutura física e tecnológica adequada".

Salienta-se que o objeto a ser contratado não se enquadra nos itens do Catálogo Eletrônico de Padronização do Ministério da Gestão e da Inovação dos Serviços Públicos.

Por se tratar de informações que não se enquadram em nenhuma das hipóteses previstas nos incisos do art. 23 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações públicas, os dados constantes dos autos não serão classificados como ultrassecretos, secretos ou reservados.

Por fim, a contratação proposta encontra amparo na Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, que regulamenta os serviços preferencialmente sujeitos à execução indireta, nos termos do artigo 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018. O serviço de vigilância, expressamente previsto no inciso XXI do artigo 1º da referida portaria, assegura o respaldo legal à presente solicitação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO REGIONAL DE APOIO LOGÍSTICO DE SÃO PAULO	WILLIAM YAU HAN CHUANG

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Objetivo da contratação do serviço de Vigilância Patrimonial:

Garantir a segurança patrimonial do imóvel, dos bens móveis e a integridade física de servidores, colaboradores e visitantes, assegurando o pleno funcionamento do escritório-sede da Regional da ANTT em São Paulo.

Segundo estabelece o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; os que sejam considerados estratégicos, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos; os que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e aqueles que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade.

O mesmo normativo, no §1º do art. 3º, destaca que os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados indiretamente. Como a pretendida contratação se refere a disponibilidade de serviços de vigilância, que se caracterizam como serviços acessórios, instrumentais e auxiliares, não há óbice para a execução indireta dos serviços.

Acrescenta-se que, nos termos da Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Anexo V, subitem 2.6, alínea d.1.2, e considerando as características dos serviços a serem contratados, cuja natureza não permite a aferição do desempenho com base nos resultados para fins de pagamento, a contratação será realizada por posto de trabalho.

A solução por posto de trabalho já está inserida no âmbito da Regional de São Paulo, para os serviços de apoio administrativo, transporte e vigilância, e tem se mostrado eficiente. Conforme explicitado no item anterior, os serviços precisam estar disponíveis durante todo o expediente, ou durante todo o período exigido, para atender às demandas que são regulares, mas que também se apresentam de forma imprevisível e mutável.

Como o serviço a ser licitado não exige larga especialização daqueles que executarão as atividades demandadas, e como no Estado de São Paulo e demais unidades federativas do país existem muitas empresas que atuam no ramo de serviços de vigilância, fornecendo serviços terceirizados para os setores público e privado, haverá ampla concorrência no certame licitatório, possibilitando se atingir o princípio da economicidade para a Administração Pública.

Padrões de qualidade

Qualificação Técnica da empresa

- Para execução dos serviços de vigilância, a empresa licitante deverá ter autorização de funcionamento expedida pelo Departamento de Polícia Federal, em conformidade com o disposto na Lei nº 7.102, de 20/06/1983, e na Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10/12/2012.
- Espera-se que a empresa possua todas as certificações previstas em legislações e normativos que regulam o setor de serviços de vigilância e possua experiência e conhecimentos necessários para a correta seleção e treinamento de seus colaboradores.
- É fundamental que a empresa possua estrutura e organização institucional capazes de prover prestação de serviços sem descontinuidades, viabilizando a imediata reposição em caso de ausências do profissional alocado.

Qualificação da mão de obra

- É imprescindível que o vigilante disponibilizado possua características físicas e psicológicas adequadas para monitoramento de movimentações de pessoas e materiais durante todo o período de execução dos serviços, conforme demanda da Contratante.
- O profissional alocado deve possuir capacitação adequada para o desempenho de suas atribuições básicas, sendo desejável que também tenha a habilidade de interagir com cordialidade com colegas e público "cliente/usuário" da ANTT.

Critérios de Sustentabilidade

- Desejável que a empresa promova treinamento de seu quadro pessoal para observância e aplicação de práticas de sustentabilidade.
- Se possível, os uniformes, equipamentos e demais materiais auxiliares à prestação de serviços devem ser ecologicamente sustentáveis e de fácil descarte e reciclagem.

Garantias Contratuais

Deve ser apresentada Garantia suficiente para cobrir eventuais passivos trabalhistas incorridos durante a execução contratual, em decorrência de ação ou omissão por parte da Contratada.

A Garantia apresentada também deverá cobrir eventuais prejuízos causados à Contratante por má conduta dos funcionários da empresa ou decorrentes da má execução dos serviços de vigilância.

A Garantia deverá ser prestada em uma das modalidades previstas na IN 05/2017 ou na Lei 14.133/2001.

Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. Levantamento de Mercado

Para atender às necessidades identificadas de segurança e proteção patrimonial, foram consideradas as seguintes soluções:

Solução 1: Não contratar os serviços de vigilância:

Vantagem:

- **Economia de recursos:** Redução de despesas no curto prazo.

Desvantagens:

- **Exposição a riscos:** Vulnerabilidade das instalações e aumento do risco de incidentes.
- **Redirecionamento de recursos internos:** Necessidade de alocar pessoal para cobrir a ausência de vigilância, comprometendo a eficiência em outras áreas.
- **Possíveis custos adicionais:** Em caso de emergências ou prejuízos patrimoniais, os custos podem superar a economia inicial.

Solução 2: Vigilância por monitoramento com câmeras

Vantagens:

- **Custo operacional reduzido:** Após a implantação, os gastos recorrentes são menores que a manutenção de vigilantes.
- **Cobertura contínua:** Sistema de vigilância ativo 24/7, sem interrupções.
- **Gravação de ocorrências:** Registros visuais podem ser utilizados como prova em casos de incidentes.
- **Flexibilidade:** Ajuste na configuração das câmeras para cobrir os pontos mais vulneráveis.

Desvantagens:

- **Alto custo inicial de implantação:** Investimento significativo em equipamentos e instalação.
- **Vigilância passiva:** Apenas sinaliza e registra movimentações suspeitas, sem impedir diretamente ações indesejadas, como movimentação de bens e acesso de pessoas alheias à administração.
- **Dependência de tecnologia:** Funcionamento sujeito à conectividade de internet e energia elétrica.
- **Reação limitada:** A ação depende de terceiros, como uma central de monitoramento.

Solução 3: Contratação de vigilante com escala 12x36

Vantagens:

- **Garantia de segurança constante:** Presença especializada para as instalações da Regional da ANTT em São Paulo.
- **Conformidade legal:** Atende às normas e regulamentos de segurança patrimonial.
- **Mitigação de riscos:** Proteção de pessoas, bens e informações.
- **Atendimento imediato:** Resposta rápida a emergências com suporte técnico profissional.

Desvantagens:

- **Custo elevado com reflexos trabalhistas:** Inclui adicional de horas extras, feriados e eventuais substituições. Todos os encargos trabalhistas serão dobrados, uma vez que para cumprir jornadas neste modelo de escala, seriam necessários 2 (dois) trabalhadores.

- **Duração desnecessária da jornada:** Parte da jornada pode ser subutilizada, já que o horário de maior demanda é menor do que 12 horas diárias.

Solução 4: Contratar os serviços de vigilância com mão de obra exclusiva em jornada de 44 horas semanais:

Vantagens:

- **Segurança constante e especializada:** Profissional dedicado às necessidades específicas do escritório.
- **Conformidade legal:** Atendimento às normas e regulamentos de segurança patrimonial.
- **Mitigação de riscos:** Proteção abrangente de pessoas, bens e informações.
- **Atendimento imediato:** Resposta rápida e especializada a emergências.

Desvantagens:

- **Comprometimento orçamentário:** Custos fixos elevados e contínuos, que impactam o planejamento financeiro.

Análise das Soluções

Após a avaliação detalhada, conclui-se que a opção de **não contratar serviços de vigilância** é inviável, considerando que expõe as instalações da Regional a situações de vulnerabilidade, comprometendo a segurança de bens e pessoas.

Embora a **vigilância por monitoramento com câmeras** ofereça um custo operacional reduzido e cobertura contínua, não supre a necessidade de reação imediata em casos de emergências e também possui abrangência restrita aos setores onde estiverem instalados os equipamentos de vigilância. Assim, essa solução é mais adequada como um complemento a medidas mais robustas.

A **contratação de vigilante em escala 12x36** representa um compromisso com a segurança, mas os custos trabalhistas elevados e a subutilização da jornada tornam essa alternativa menos eficiente.

Portanto, a **contratação de serviços de vigilância com mão de obra exclusiva em jornada de 44 horas semanais** é a solução mais equilibrada, garantindo segurança contínua e especializada, alinhada às necessidades específicas do escritório.

Conclusão

Com base na análise apresentada, recomenda-se a **contratação de serviços de vigilância em regime continuado, com mão de obra exclusiva, em jornada de 44 horas semanais**, como a solução mais adequada para atender às demandas de segurança patrimonial da Regional da ANTT em São Paulo.

Essa solução assegura:

- Proteção constante e eficaz das instalações;
- Atendimento às normas legais e regulamentares;
- Mitigação de riscos de maneira abrangente e proativa.

Além disso, a implementação dessa solução reforça o compromisso com a proteção de pessoas e bens, equilibrando eficiência operacional e segurança patrimonial.

6. Descrição da solução como um todo

Elementos da Contratação - Perfil e qualificação do Vigilante

O posto de trabalho deverá ser preenchido por profissional da categoria "Vigilante", CBO 5173-30, devendo o vigilante ser devidamente capacitado e registrado, conforme legislação vigente.

Os serviços de vigilância serão executados por profissional qualificado nos termos da Lei nº 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83.

Para o exercício da profissão, o vigilante deverá preencher os seguintes requisitos, nos termos do art. 15 da Lei nº 7.102/83:

I. Ser brasileiro.

II. Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos.

III. Ser detentor de certificado/diploma de conclusão do ensino fundamental (5º ano), fornecido por estabelecimento regular de ensino, devidamente reconhecido pelo MEC;

IV. Ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da Lei nº 7.102/83.

V. Ter sido aprovado em exame psicotécnico e de saúde física e mental.

VI. Não ter antecedentes criminais registrados.

VII. Estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Competências pessoais do funcionário necessárias para qualidade da prestação dos serviços (conforme CBO Ministério do Trabalho e Emprego):

- Demonstrar atenção;
- Demonstrar autocontrole;
- Demonstrar pró-atividade;
- Demonstrar iniciativa; e
- Demonstrar capacidade de contornar situações adversas.

Atividades e responsabilidades atribuídas ao posto de trabalho:

- Responder por danos e prejuízos sofridos pela contratante ou por terceiros, especialmente, os decorrentes do mau uso dos bens e equipamentos sob seu controle;
- Controlar a entrada e saída de pessoas, bens, equipamentos e materiais;
- Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento nas instalações da ANTT;
- Acionar o órgão policial sempre que constatada aglomeração, permanência de pessoas nas imediações da Contratante, ações de depredação, possibilidade de invasão, presença de delinquentes e de outros suspeitos;
- Comunicar à Contratante qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, no escritório-sede para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entenderem oportunas;
- Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas autorizadas e identificadas, seja executando diretamente o controle de acesso, seja auxiliando trabalhador terceirizado que o faça;
- Prestar informações ao público quando necessário, sempre com urbanidade;
- Prestar atendimento cortês e garantir as condições de segurança das instalações e pessoas em geral.
- Comunicar à área administrativa da Regional todo acontecimento entendido como irregular ou que possa representar risco para o patrimônio da ANTT ou risco à integridade física dos ocupantes da sede;
- Coibir a aglomeração de pessoas junto ao posto de trabalho, comunicando o fato à contratante no caso de desobediência;
- Vigiar a entrada do escritório e executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da contratante verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade, examinando inclusive a integridade de fechaduras, portas e instalações em geral;
- Verificar se as portas e janelas estão fechadas ao final de cada expediente;
- Verificar e desligar equipamentos elétricos ao final de cada expediente, salvo aqueles que tenham orientação contrária;
- Acompanhar prestadores de serviços nas instalações da Contratante;
- Assumir diariamente o posto, devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada;
- O Vigilante deve manter-se em seu posto, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

- O colaborador deve apresentar postura profissional, conduta ética e discrição no desempenho de suas atividades, alinhados aos protocolos de segurança e à política de atendimento da Contratante.

Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes à profissão.

Capacitação e Reciclagem do Vigilante

A empresa contratada deverá garantir que o vigilante designado para a prestação dos serviços possua certificação válida do curso de formação de vigilante, conforme exigências da legislação vigente.

Nos casos em que o período de validade do curso de formação tenha expirado ou esteja próximo do vencimento, a contratada deverá providenciar a matrícula do profissional em curso de reciclagem, nos termos da Portaria nº 3.233 /2012 – DPF ou norma que a substitua.

A empresa deverá apresentar à contratante o certificado de conclusão do curso de reciclagem no prazo máximo de 5 (cinco) dias após sua finalização, garantindo a regularidade do profissional para o desempenho das funções de vigilante.

Escopo e Horários do serviço

Os serviços de vigilância serão prestados durante o horário regular das 08h às 18h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, com 1h12 de intervalo para almoço e descanso, perfazendo a jornada de 44h semanais, permitida a realização de horas extras no limite anual estimado.

Conforme disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Lei nº 5.452/1943, sobre tolerância:

Art. 58 – A jornada normal de trabalho para empregados em qualquer atividade privada não poderá exceder 8 (oito) horas diárias, salvo quando houver previsão expressa de outro limite.

§ 1º – As variações de horário no registro de ponto que não ultrapassem 5 (cinco) minutos por marcação, respeitado o limite máximo de 10 (dez) minutos diários, não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001).

Dessa forma, será considerada a tolerância de até 10 (dez) minutos, tanto na entrada quanto na saída do colaborador.

O vigilante, por necessidade do serviço, poderá ser escalado para iniciar a jornada de trabalho antes do horário regular, a depender da necessidade dos serviços, bem como para trabalhar em dia não útil, previamente autorizado pela fiscalização do contrato e comunicado à Contratada.

Destaca-se que o vigilante atuará sem armamento, com o intuito de zelar pela integridade do patrimônio e pela segurança física do local, seguindo rigorosamente as orientações e procedimentos estabelecidos pela Administração, além de adotar ações preventivas e reativas quando necessário.

A escolha por um vigilante sem armamento visa manter um ambiente de segurança eficaz, minimizando riscos e atendendo às necessidades específicas da Regional de São Paulo, uma vez que a natureza das atividades desempenhadas no local não justifica a necessidade de armamento. Isso proporciona um serviço de segurança alinhado com as exigências legais e as boas práticas do setor.

O serviço contratado deverá observar as disposições da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, e do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que regulamentam a execução indireta de atividades passíveis de terceirização.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA DEMANDA MENSURADA

Para atender o escritório-sede da Regional de São Paulo, o serviço de vigilância demanda a permanência de somente 1 (um) posto de trabalho, diurno, com escala semanal de segunda a sexta-feira, com carga horária de 8h48 /dia (44 horas semanais).

A necessidade de horas extras para o posto de vigilante foi mensurada com base na análise da demanda histórica apurada no decorrer da prestação de serviço similar, através de outras contratações, e das características específicas do serviço.

Horas Extras - SCOOPER/AVANZZO			
Mês/Ano	Nº Processo	Quant. Horas Extras (Seg a Sáb)	Quant. Horas Extras (Domingos e feriados)
set/23	50500.306617/2023-78	23:07:00	1:00:00
out/23	50500.340435/2023-26	15:40:00	0:00:00
nov/23	50500.368140/2023-14	18:41:00	0:00:00
até 10 de dez/23	50500.009016/2024-09	7:28:00	0:00:00
jan/24	Mês sem prestação dos serviços	0:00:00	0:00:00
fev/24	Mês sem prestação dos serviços	0:00:00	0:00:00
a partir de 18 de mar /24	50500.109123/2024-28	4:11:00	0:00:00
abr/24	50500.140349/2024-04	15:49:00	0:00:00
mai/24	50500.150782/2024-40	3:19:00	0:00:00
jun/24	50500.155427/2024-67	5:24:00	0:00:00

jul/24	50500.160261/2024-09	5:11:00	0:00:00
ago/24	50500.168410/2024-70	9:41:00	0:00:00
set/24	50500.175088/2024-35	17:37:00	0:00:00
out/24	50500.182100/2024-68	21:49:00	0:00:00
nov/24	50500.187934/2024-60	13:05:00	0:00:00
dez/24	50500.187941/2024-61 e 50500.002901/2025-30	10:50:00	0:00:00
TOTAL		167:44:00	6:04:00
MÉDIA MENSAL CONSIDERANDO OS 12 MESES EM QUE HOUVE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE FORMA INTEGRAL (30/31 DIAS)		11:58:51	0:26:00

Para cálculo da média de horas extras foram considerados somente os meses em que houve prestação dos serviços durante o mês todo, tendo ocorrido isso entre os meses de setembro a novembro de 2023 e abril a dezembro de 2024.

No período de 11/12/2023 a 17/03/2024, não houve prestação de serviços em razão do término do contrato anterior com a empresa SCOOPER SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI e do período necessário para celebração do novo contrato nº 06/2024, celebrado com a empresa AVANZZO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.

Portanto, a média mensal apurada foi de 11h58m de horas extras trabalhadas de segunda a sábado e de 0h26m aos domingos e feriados. Promovendo o arredondamento desses valores, sugere-se a previsão contratual mensal de 12h00 e 1h00 respectivamente.

Este ajuste garantirá que o contrato possa atender de forma eficiente e contínua a todas as necessidades da unidade, evitando novas lacunas de cobertura que comprometam a segurança do patrimônio e das pessoas.

A projeção proposta também considera que a execução de horas extras não é distribuída uniformemente ao longo do ano, sendo sensível a fatores como aumento de atividades no escritório, eventos específicos e alterações no planejamento. Portanto, a previsão permite proporcionar flexibilidade e assegurar a regularidade na prestação dos serviços.

Assim, entende-se que a estimativa de horas extras proposta é compatível com as demandas reais e atuais do escritório e busca atender com eficiência, economicidade e segurança às necessidades da Administração.

Abaixo, apresentamos a demanda de posto de trabalho para o escritório:

SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE POSTOS	
1	Serviço de vigilância diurna, desarmada, 44h semanais - São Paulo/SP (Sede)	1	
DESPESAS EVENTUAIS - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA			
SUBITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL
1.1	Horas Extras (segunda a sábado)	12	144
1.2	Horas Extras (domingos e feriados)	1	12

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 90.932,64

PESQUISA DE MERCADO

A pesquisa ampla e idônea com base no valor de mercado é essencial para propiciar a adequada estimativa de custos da contratação de forma transparente e proba e, ao mesmo tempo, possibilitar a aferição do valor referencial do item que servirá como parâmetro na análise da exequibilidade e aceitabilidade das propostas ou lances das empresas licitantes na ocasião do certame, podendo nortear o valor máximo aceitável.

O procedimento de pesquisa de preços é previsto no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, e regulamentado na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. Assim, os parâmetros a serem utilizados na pesquisa de preços estão previstos no artigo 5º da referida IN, e podem ser usados de forma combinada ou não, e o artigo 6º da IN, cita, em rol exemplificativo, a possibilidade de utilização da média, da mediana ou do menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados.

Desta forma, os dados levantados na pesquisa de preços e a metodologia aplicada para obtenção do preço de referência da contratação pública constam na planilha de formação de preços Anexo I deste ETP.

Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros dos incisos I e II do art 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo, obtendo-se valores e percentuais dos pregões a seguir:

PREGÃO
Pregão Eletrônico nº 90168/2024 - Universidade Federal de Jataí
Pregão Eletrônico 90001/2025 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Pregão Eletrônico nº 90006/2024 - Biblioteca Nacional

Para a formação do valor proposto, devem ser consideradas as medianas dos itens onde os valores dos coeficientes de variação forem maiores que 25% (vinte e cinco por cento) e as médias, quando estes coeficientes tiveram variação inferior a este percentual, conforme prevê o art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021, que dispõe:

"Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados".

O preço estimado da contratação, apresentado na Planilha de Formação de Preços, foi de R\$ 79.639,32 (setenta e nove mil seiscentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos), conforme quadro resumo abaixo.

ITEM	TIPO DE SERVIÇO	Qtd. de Postos	Valor por posto	Valor Mensal	Valor Anual
		[A]	[B]	[C] = [A] X [B]	[D] = [C] X 12
1	Vigilância desarmada 44h (quarenta e quatro) horas diurnas semanais de segunda à sexta-feira, com intervalo para almoço e descanso de 01h12.	1	R\$ 6.998,29	R\$ 6.998,29	R\$ 83.979,48
ITEM	Descrição	Despesas Eventuais			
		Qtd. Mensal	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
1.1	Horas Extras – Segunda a Sábado	12	R\$ 43,73	R\$ 524,76	R\$ 6.297,12
1.2	Horas Extras – Domingos e Feriados	1	R\$ 54,67	R\$ 54,67	R\$ 656,04
TOTAL DAS DESPESAS EVENTUAIS				R\$ 579,43	R\$ 6.953,16
VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO (DESPESAS FIXAS + DESPESAS EVENTUAIS)				R\$ 7.577,72	R\$ 90.932,64

Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Trata-se de execução de serviço comum contínuo e por si só suficiente para se alcançar os objetivos e atender às demandas da ANTT, sem interdependência com qualquer outra contratação.

Desta forma, não há que se falar em parcelamento de solução.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes para o presente processo licitatório.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual - PCA 2025 nos termos da Deliberação nº 18, de 27 de janeiro de 2025.

"Item 2.45 Prestação de serviços de vigilância para a sede e escritórios vinculados à COLOG/SP e escritórios a ela vinculados, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva".

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de serviços de vigilância em regime continuado, com mão de obra exclusiva, proporcionará diversos benefícios para a Contratante, entre os quais destacam-se:

1. **Proteção patrimonial:** Garantia de segurança para bens móveis e imóveis, reduzindo o risco de furtos, vandalismo ou danos ao patrimônio.
2. **Segurança para pessoas:** Proteção de servidores, colaboradores, visitantes e usuários das instalações, promovendo um ambiente seguro e confiável.
3. **Atendimento imediato:** Disponibilidade de profissional treinado para lidar com emergências e situações de risco, assegurando respostas rápidas e eficazes.
4. **Prevenção de prejuízos:** Redução de custos potenciais decorrentes de incidentes de segurança, como roubos ou interrupções operacionais.
5. **Eficiência operacional:** Garantia de que a segurança patrimonial seja conduzida por profissional especializado, permitindo que a equipe interna foque em suas atividades principais.

13. Providências a serem Adotadas

Não existem providências a serem adotadas previamente pela ANTT em relação à contratação pretendida.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Para a prestação dos serviços de vigilância desarmada, a Contratada, além de prestar os serviços em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto nº 7.746 /2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber, deverá:

I - Orientar seus empregados sobre prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;

II - Utilizar equipamento e materiais de intercomunicação (como rádio, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental;

III - Observar a Resolução CONAMA nº 401/2008 e nº 424/2010, para a aquisição e descarte de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;

IV - Observar a Resolução CONAMA nº 20/1994, utilizando equipamentos que gerem menos ruído em seu funcionamento;

V - Utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição;

VI - Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

VII - Colaborar com as medidas de redução de consumo racional de água, cujos encarregados ou prepostos devem atuar como facilitadores das mudanças de comportamento dos empregados da Contratada, esperadas com essas medidas;

VIII - Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiências energética e redução de consumo;

IX - Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia fornecida pela Contratante.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando o tipo de serviço a ser contratado e a existência de soluções no mercado que atendem os requisitos da contratação demandada, além da diversidade de fornecedores existente no mercado, constata-se que a contratação é viável.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Designação formal da equipe nº30062165

CLAUDIO DE OLIVEIRA CRUZ

Membro da comissão de contratação

Despacho: Despacho: Designação formal da equipe nº 30062165

FLAVIO HENRIQUE FERREIRA MOURA

Membro da comissão de contratação

EDUARDO JOSE MARRA

Autoridade competente